

Oito secretários de Rui disputarão a eleição

Wagner pode deixar a SDE para ser candidato ao Planalto. Petista nega entrar na disputa

RODRIGO DANIEL SILVA
REPORTER

O cenário indefinido sobre as eleições não permite cravar quantos secretários do governador Rui Costa (PT) vão deixar os cargos para disputar o pleito deste ano. No entanto, oito titulares podem sair para concorrer, principalmente, a Assembleia Legislativa da Bahia (AL-BA) ou a Câmara dos Deputados. No caso do secretário estadual de Desenvolvimento Econômico (SDE), Jaques Wagner, ele pode deixar a pasta para ser o candidato do PT ao Palácio do Planalto, já que o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve ser impedido pela Justiça de concorrer o pleito. Lula foi condenado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) e deve ter a candidatura indeferida, com base na Lei da Ficha Limpa.

Wagner tem negado que disputará o Planalto, apesar de já aparecer em pesquisas nacionais sobre presidenciáveis. O ex-governador da Bahia tem dito que irá competir pelo Senado, o que obriga também a deixar a secretaria. "Sou candidato a senador para fortalecer o trabalho pela Bahia, ao lado do governador Rui e do vice João Leão", reforçou, nesta semana. Leão (PP) terá, também, que entregar o cargo de secretário estadual de Planejamento (Seplan) para concorrer pelo posto de vice ou o Senado. O progressista tem dito que ainda não decidiu, embora tenha preferência ficar no mesmo lugar. Para brigar pela Assembleia Legislativa, devem deixar as secretarias Vitor Bonfim (Agricultura), Olívia Santana (Trabalho, Emprego, Renda e Esporte) e Jusmari Oliveira (Urbanismo). Especulou-se que o titular de Desenvolvimento Rural, Jerônimo Rodrigues (PT), também poderia, mas o presidente do PT da Bahia, Everaldo Anunciação, descartou. "Prego ba-

tido. Ele continua na secretaria", disse, ontem, em entrevista à Tribuna.

Já, para a Câmara dos Deputados, sairão dos cargos Carlos Martins (Justiça) e Josias Gomes (Relações Institucionais), ambos do PT. A grande incógnita é o secretário estadual de Educação e senador licenciado Walter Pinheiro. Sem partido desde que deixou o PT, há especulação de que ele pode concorrer a deputado federal. Há rumores, também, de que pode não entrar na briga eleitoral neste ano e permanecer no cargo. Há duas semanas, Leão afirmou que convidaria Pinheiro para se filiar ao PP, mas, até o momento, não foi confirmado se o ex-petista irá se filiar ao Partido Progressista. Os nomes que vão substituir os secretários ainda estão em sigilo, mas é provável que os chefes de gabinetes ocupem os lugares. As mudanças só devem ocorrer a partir de março, já que o prazo para que se desincompatibilizem é 7 de abril.



JACQUES WAGNER, Olívia Santana e Carlos Martins são três dos secretários de Rui Costa que devem disputar cargo eletivo nas eleições deste ano

Presidente destaca desempenho do TCM em 2017

DA REDAÇÃO

O presidente do Tribunal de Contas dos Municípios da Bahia, conselheiro Francisco de Souza Andrade Netto, ao abrir a primeira sessão ordinária de julgamentos da corte em 2018, na tarde de ontem, afirmou que o TCM "cumpriu com suas obrigações constitucionais com presteza e tempestividade ao longo do ano passado, e destacou que foram julgados nada menos que 4.101 processos de prestação de contas, termos de ocorrência, auditorias e denúncias apresentadas por

agentes políticos e por cidadãos contra gestores municipais".

A atuação firme do TCM no controle externo das administrações públicas municipais e em defesa dos cidadãos, segundo ele, "gerou incompreensões políticas, que, naturalmente, foram superadas com os esclarecimentos sobre a missão do tribunal, que tem como parâmetros as normas constitucionais e a legislação que rege a administração pública".

Segundo Francisco Andrade Netto, "ao voltar os olhos para avaliar e refletir sobre o trabalho que realizamos ao longo do ano que passou,

o sentimento é de orgulho. Isto porque cumprimos com responsabilidade e diligência o dever constitucional imposto a esta corte de contas — de ser o fiscal da sociedade e zelar pela aplicação correta dos recursos sob a guarda e gerência dos administradores públicos municipais". Disse o conselheiro, em relação ao desempenho da corte de contas no ano de 2017, que ficou "consolidado o processo eletrônico de prestação de contas, que gerou economia para o tribunal e para os municípios, e deu maior transparência e agilidade na análise de contas e demais processos que tramitam na corte".

Barroso mantém suspensão do decreto de indulto natalino

ANDRÉ RICHTER
AGÊNCIA BRASIL

O ministro do STF, Luís Roberto Barroso, decidiu ontem manter a suspensão do decreto de indulto natalino, assinado pelo presidente Michel Temer no fim do ano passado. A suspensão da norma atendeu a um pedido da Procuradoria-Geral da República (PGR), que questionou a legalidade do indulto. O decreto já estava suspenso por meio de uma decisão liminar proferida, durante o período de recesso da Corte, pela presidente do STF, Cármen Lúcia. Como relator, ao analisar novamente a questão, Barroso também considerou o decreto ilegal por violar os princípios da separação dos poderes, da efetividade mínima do direito penal e da moralidade administrativa. "As alterações introduzidas na minuta encaminhada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária afastam o decreto dos objetivos constitucionalmente legítimos, produzindo efeitos que vulneram o interesse público e frustram as demandas mínimas da sociedade por integridade no trato da coisa pública", entendeu o ministro. No início do mês, a Advocacia-Geral da União (AGU) e a Consultoria Jurídica da Casa Civil da Presidência da República defenderam a revogação da liminar. No entendimento dos órgãos, o objetivo da norma foi manter a tradição do perdão coletivo a condenados por crimes de baixo poder ofensivo, com base em critérios gerais e impessoais, sem privilegiar qualquer pessoa.

Municípios terão até abril de 2019 para elaborar planos de mobilidade

DA REDAÇÃO

Os municípios brasileiros que ainda não possuem planos de mobilidade urbana terão até abril de 2019 para elaborar. O novo prazo estipulado para a elaboração dos planos municipais está previsto na Medida Provisória 818/2018. Caso os municípios não cumpram tal obrigatoriedade legal, ficarão impedidos de contratar recursos federais. O objetivo da medida é oferecer prazo aos municípios que queiram pleitear a elaboração dos planos por meio do programa Avançar Cidades — Mobilidade Urbana, que disponibiliza recursos para financiamento de planos em municípios com mais de 100 mil habitantes, pois, até então, não havia programa específico para este fim. A nova proposta deve atender municípios acima de 100 mil habitantes em todo o país, melhorando a circulação das pessoas nas cidades e as condições de saúde e da qualidade de vida da população urbana.

O cadastramento das propostas é feito por meio do site do Ministério das Cidades, www.cidades.gov.br. O processo de seleção é contínuo, ou seja, não há prazo limite para a inscrição das propostas. Aproximadamente 60 municípios já solicitaram recursos para elaboração dos planos de mobilidade Plano de Mobilidade Urbana - Desde a promulgação da Política Nacional de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587/2012) existe a exigência de elaboração de planos de mobilidade urbana para todos os municípios com população acima de 20 mil habitantes, assim como os demais obrigados ao plano diretor. Neste

sentido, o Ministério das Cidades incluiu no programa Avançar Cidades — Mobilidade Urbana a possibilidade de financiamento dos planos de mobilidade urbana, para municípios acima de 100 mil habitantes. Cabe ressaltar que as cidades, desta faixa populacional, que solicitarem recursos para obras e projetos de mobilidade urbana e não possuírem Plano de Mobilidade Urbana serão obrigadas a incluir na proposta de financiamento os recursos para elaboração do plano.

A Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana (SEMOB) do Ministério das Cidades criou o Programa de Apoio à Elaboração de Planos de Mobilidade Urbana que apoia os municípios na elaboração do instrumento de planejamento. O programa orienta sobre o desenvolvimento da metodologia simplificada para viabilizar sua ampla aplicação nos municípios brasileiros, com a identificação de possíveis aprimoramentos e oportunidades de melhoria.

MOBILIDADE

Caso os municípios não cumpram tal obrigatoriedade legal, ficarão impedidos de contratar recursos federais.

Lewandowski libera para julgamento decisão que garante reajuste a servidores

ANDRÉ RICHTER
AGÊNCIA BRASIL

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski enviou ontem ao plenário da Corte a decisão que suspendeu a tramitação da Medida Provisória (MP) 805/2017, que previa o aumento da contribuição previdenciária para servidores públicos federais e suspensão o reajuste da categoria até 2019. A partir de agora, caberá à presidente da Corte, ministra Cármen Lúcia, marcar a data do julgamento.

Em dezembro do ano passado, Lewandowski atendeu a pedido liminar de associações de servidores da Receita Federal e suspendeu a MP. No entendimento do ministro, as novas regras estabelecidas levariam os servidores a começar o ano de 2018 recebendo menos do que no ano anterior, levando-se em conta que o reajuste salarial que estava previsto não será pago.

Pela MP, a contribuição previdenciária do regime próprio dos servidores passaria de 11% para 14% para aqueles que recebem salários acima de R\$ 5 mil. Quem ganhasse acima desse valor teria uma nova tributação, mas somente em referência ao valor que ultrapassar o limite estipulado. Assim, se o servidor ganha R\$ 6 mil, a nova tributação incidirá apenas sobre R\$ 1 mil. Após a decisão, o ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Dyogo Oliveira, disse que o servidor público federal terá de devolver o aumento no salário, caso o STF decida a favor do governo. O presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), também comentou a liminar de Lewandowski e disse que a decisão gera um "impacto fiscal negativo muito ruim".

PONTO DE VISTA

Esquerda e liberais

Vivemos ventos conservadores. A Europa, por exemplo, não deixou de acreditar só em Deus e em Marx, mas no progresso e na liberdade. A América, com Donald Trump, vive a revanche do conservadorismo, após a era Obama, capitaneada pelo partido Republicano. E, na América Latina, os ventos fortes das crises sobram do México a Cuba,

com inevitável escala na Venezuela. Nesse ambiente, o Brasil não é exceção.

Os retrocessos bem que podem ser sintetizados na recente condenação do ex-presidente Lula num tribunal de segunda instância a 12 anos de prisão. Em consequência ele teve seu passaporte apreendido, pode ser preso e ter impedida sua candidatura à presidência da república no

pleito deste ano.

Se Descartes dizia "penso logo existe", hoje parece grassar a convicção "quero Lula na cadeia, logo existo". Isso é péssimo para a democracia. Significa que o país não pensa. Engole as informações sem questionar. Ser anti-Lula e anti-PT virou moda. A intolerância foi, digamos assim, "institucionalizada" graças a comunicação de massa

com um único viés. Esse filme a sociedade brasileira já viu, assim como já sabe o que acontece com um país quando se abole a negação. A negação é o princípio essencial da comunicação política.

Qual será o futuro de Lula? Ninguém sabe? A única coisa razoavelmente certa é que as esquerdas - PT, PC do B, PDT, Rede, PSB, PSOL - não se

unirão em torno de um candidato, mas de um programa mínimo.

Dará certo? Se o programa envolver os liberais progressistas, sim. É preciso incluir uma séria e forte autocrítica sobre a história recente da esquerda, além de um projeto possível de retomada do crescimento. Entre as palavras e a ação, todo o cuidado é pouco. Agora, seria positivo pensar numa candidatura única, principalmente se Lula não puder concorrer. Caso contrário, os nomes

se diluirão e à direita pode conquistar o poder pelo voto. É preciso pensar, acima de tudo, e sem ilusões, que o conservadorismo é muito poderoso no Brasil. E que o pensamento anti-esquerda tem raízes históricas no anti-comunismo visceral e retrógrado. Mas a verdade é: são décadas de propaganda. O país precisa ser pacificado.

Francisco Viana é jornalista e doutor em Filosofia Política (PUC-SP).